

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 520.415 - MS (2019/0198942-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : LUCIMARI ANDRADE DE OLIVEIRA LIMA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : LUCIMARI ANDRADE DE OLIVEIRA - MS013963  
CÍCERO ALVES DE LIMA - MS014209  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PACIENTE** : LUCIANE ANDRADE DE OLIVEIRA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCIANE ANDRADE DE OLIVEIRA contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - Apelação n. 0013609-13.2018.8.12.0001.

Noticiam os autos que a paciente foi condenada, em segunda instância, à pena de 7 anos de reclusão, em regime inicial fechado, como incursa no artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Nesta via, os impetrantes sustentam, em breve síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que foi encaminhado à Vara de Execução Penal um ofício do Tribunal de origem determinando que se cumpra a pena imposta (e-STJ fl. 548).

Assevera que houve a interposição de recurso especial que viabilizará a reforma da dosimetria da pena e a fixação de regime inicial menos gravoso, defendendo que deve ser permitido à acusada aguardar livre o trânsito em julgado da ação penal.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja deferido à paciente o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado da condenação.

É o relatório.

A princípio, insurgindo-se a impetração contra acórdão do Tribunal de origem proferido no julgamento de recurso de apelação, mostra-se incabível o manejo do *habeas corpus* originário, já que formulado em flagrante desrespeito ao sistema recursal vigente no âmbito do Direito Processual Penal pátrio.

Contudo, no momento processual devido, o constrangimento apontado na inicial será analisado a fim de que se verifique a possibilidade de atuação de ofício por este Superior Tribunal de Justiça caso se constate a existência de flagrante ilegalidade, o que, ao menos em um juízo perfunctório, não se verifica.

Isso porque, "o Pleno do Supremo Tribunal Federal, em 5.10.2016, no julgamento das medidas cautelares nas ações diretas de constitucionalidade 43 e 44, por maioria de votos, confirmou entendimento antes adotado no julgamento do HC 126292, no sentido de que a execução provisória da pena não afronta o princípio constitucional da presunção de inocência, de modo que, confirmada a condenação por colegiado em segundo grau, e ainda que pendentes de julgamento recursos de natureza extraordinária (recurso especial e/ou extraordinário), a pena poderá, desde já, ser executada" (HC 382.995/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA

# Superior Tribunal de Justiça

TURMA, julgado em 21/02/2017, DJe 02/03/2017), o que afasta a plausibilidade jurídica da medida de urgência.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão a sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, bem como ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, senha para acesso ao andamento do respectivo processo..

Publique-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator